



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

1. Identificação da Reunião

Data e Hora	Local	Vice-Coordenador
18/09/2025 10h00	Videoconferência Plataforma Zoom	Felipe Sales Souza, Juiz de Direito

2. Pauta da Reunião

Assunto
PIDs – Pontos de Inclusão Digital: periodicidade dos fóruns, plataforma e cadastró/convocação de diretores do foro, servidores e colaboradores;
Site do TJGO – Acesso do Cidadão: sugestões de layout, SEO e links úteis;

3. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

Nomes e cargo
1. Felipe Sales Souza, Juiz de Direito – Coordenador;
2. Wander Soares Fonseca, Juiz de Direito;
3. Marco Antônio Luiz de Amorim, Juiz de Direito;
4. Vanderlei Caires Pinheiro, Juiz de Direito;
5. Júlia Vianna Correia da Silva, Juíza de Direito;
6. Thalene Brandão Flauzino de Oliveira, Juíza de Direito;
7. Gabriel Carneiro Santos Rodrigues;

1/5



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

8. Raígor Nascimento Borges, Juiz Substituto;
9. Nelson Garcia Pereira Júnior, Juiz Substituto;
10. Luana Corrêa Pedrosa, Assessora de Juiz de Direito;
11. Aline Leonardo, Vice-Diretora do Centro de Comunicação Social;
12. Daiane Mendes Pereira Torres, Auxiliar Judiciária;
13. Débora Dias Bastos; Assessora de Juiz de Direito;
14. Elaine Cristina Abrantes dos Santos, Escrevente Judiciária I;
15. Eunice Machado Nogueira, Coordenadora Administrativa da EJUG;
16. Guilherme Feler de Paula Fraga, Assessor de Juiz de Direito;
17. Leonardo Pereira Martins, Assessor Jurídico de Desembargador;
18. Luciano Francisco de Oliveira, Assessor de Juiz de Direito.
19. Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Coordenador da Central Única de Contadores-CUC;
20. Adilsom Canedo Machado; Servidor;
21. Héctor Victor Pires Barbosa; Servidor;
22. Hespártaco Nascimento Coelho; Servidor;
23. Raphael Alexandre Mendes Morais; Servidor.

4. Ata

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (18/09/2025), às 10 h, por meio da plataforma Zoom, realizou-se reunião do Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sendo presidida pelo coordenador do comitê, Felipe Sales Souza e estando presente os membros Vanderlei Caires Pinheiro, Guilherme Feler de Paula Fraga, Débora Dias Bastos, Luciano Francisco de Oliveira, Raphael Alexandre Mendes Morais, Luana Corrêa Pedrosa, Hespártaco Nascimento Coelho, Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Raígor Nascimento Borges, Gabriel Carneiro, Adilsom Canedo Machado, Júlia Vianna Correia da Silva, Daiane Mendes Pereira Torres, Wander Soares Fonseca, Eunice Machado Nogueira, Nelson Garcia Pereira Júnior e Aline Leonardo. Ausentes os membros Marco Antônio Luiz de Amorim (em gozo de férias regulares), Thalene Brandão Flauzino de Oliveira e Héctor Victor Pires Barbosa (em atuação no Programa Pró-Júri), Elaine Cristina Abrantes dos Santos (em

2/5
Felipe Sales Souza
Juiz de Direito
Matricula: 5242857



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

aula no Doutorado) e Leonardo Pereira Martins (ausência não justificada). **1)** O Coordenador do Comitê abriu a reunião tratando do projeto dos PIDs e, conforme o projeto e o cronograma, destacou as etapas previstas: definição da periodicidade e da plataforma dos fóruns; discussão sobre cadastro e convocação de diretores do foro, servidores e colaboradores. Assinou que a periodicidade mensal pode não gerar conteúdo suficiente e sugeriu periodicidade mais longa (p.ex., trimestral) para amadurecimento dos temas; **2)** A magistrada Júlia concordou quanto à dificuldade de convocações e considerou a periodicidade mensal inviável pela baixa adesão; propôs a periodicidade bimestral para evitar grande espaçamento entre reuniões; **3)** O Coordenador Felipe propôs a elaboração de formulário para coleta de informações (existência/nível de cada PID, contatos e periodicidade sugerida pelos magistrados). Júlia ficará responsável por elaborar formulário simples e objetivo, contatar Lídia para obter lista consolidada/atualizada de PIDs e contatos, incluir campo de periodicidade sugerida e identificar PIDs em implementação; **4)** O membro Hespártaco informou que, em Cavalcante, os PIDs contam com servidores comissionados e terceirizados, inclusive com serviços de identificação civil (emissão de RG) no PID da cidade e no distrito de Teresina, além de PIDs na zona rural, todos operando com um comissionado e um terceirizado; **5)** Em seguida, o Coordenador e a membro Aline comunicaram que o projeto dos banners deu certo: os materiais foram despachados, contemplando todos os fóruns em reforma; **6)** O magistrado Vanderlei afirmou que o layout inicial do site deve ser intuitivo e centrado no Acesso do Cidadão, com atalhos claros (endereços, telefones, comarca) e busca objetiva. Observou que conteúdos essenciais hoje estão “no final da página” e são de difícil localização; sugeriu testes práticos com usuários leigos; **7)** O membro Rafael (após consulta ao servidor Domingos, Diretor de Soluções de TI) informou que o site do Tribunal perdeu relevância no mecanismo de busca do Google, embora apareça em outros buscadores; confirmou que as correções de SEO para o Google já foram implementadas e aguardam efeito; **8)** A membro Aline relatou cursar Mestrado em Comunicação Digital e propôs pesquisa de usabilidade com amostra de 100 usuários (público em geral e advogados), por meio de tarefas reais (p.ex., localizar certidão negativa, endereço e telefone de comarca). Havendo orçamento, sugeriu contratar instituto; alternativa, realizar testes internos com apoio das unidades; **9)** O Coordenador considerou a pro-

3/5

Felipe Sales Souza
Juiz de Direito
Matrícula: 5242057



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

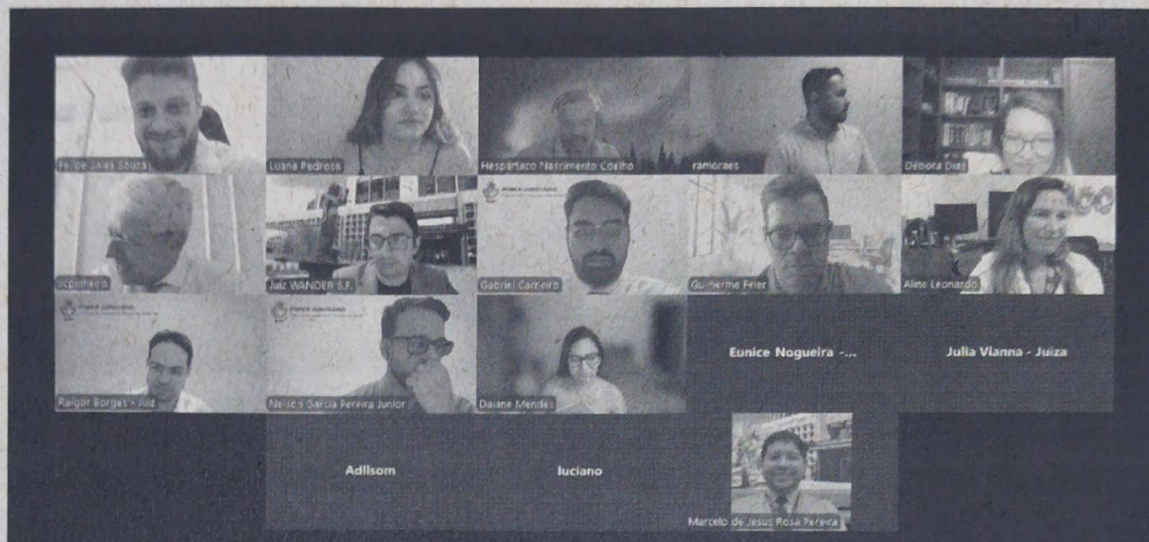
posta pertinente e afirmou que buscará viabilizá-la, inicialmente mapeando a possibilidade junto à Presidência. **10)** O magistrado Raígor sugeriu que a página do Cidadão adote “caixas de acesso rápido” com ícones, pois imagens favorecem a leitura dinâmica; recomendou exibir no topo um contato/setor de apoio para orientar o usuário; direcionar endereços/telefones para a Agenda Eletrônica (que agrega resultados por cidade) e evitar excesso de informações na página; ao final, listar projetos de utilidade pública (p.ex., Pai Presente), usando o Mapa do Site como referência (evitando, porém, o formato “listão” pouco amigável). **11)** Avançando, o Coordenador informou que, em parceria com a Defensoria Pública, está organizando roda de conversa sobre violência doméstica no âmbito da Justiça Itinerante, com participação de mulheres vítimas (ou em risco) e profissionais, e solicitou sugestões de tópicos. **12)** O magistrado Vanderlei (correção do nome) enfatizou a importância de abordar o assédio institucional à vítima (PC, PM, Judiciário, audiências e cartórios), relatando experiências empíricas e mencionando sua participação em painel na Ouvidoria Nacional sobre a temática. **13)** A magistrada Júlia destacou a necessidade de difundir medidas protetivas pouco lembradas, como alimentos provisórios (para mulher e filhos), afastamento provisório dos filhos do agressor, suspensão provisória da guarda e medidas voltadas à dependência financeira, além do divórcio no contexto protetivo, uma vez que filhos e dependência econômica frequentemente mantêm relações abusivas. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 h, e eu, Luana Corrêa Pedrosa, Secretária do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Coordenadora do comitê.

Felipe Sales Souza

Juiz de Direito e Vice-Coordenador do Comitê de Acesso à Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA



AUTENTICAÇÃO(ÕES) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 114680015668 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202504000631694 (Evento nº 14)

LUANA CORRÊA PEDROSA

ASSESSOR DE JUIZ DE DIREITO I

COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 03/10/2025 às 18:12

